

Comunicação para a Cidadania de pessoas com deficiência: pistas a partir dos Anais dos Congressos da Intercom¹

Felipe Collar Berni²
Guilherme Ferreira de Oliveira³
Universidade Federal de Roraima – UFRR
Universidade Estadual Paulista – Unesp

Resumo

O texto visita os anais do GP Comunicação para a Cidadania e do IJ Comunicação e Cidadania da Intercom, com o objetivo de compreender como vêm se configurando as pesquisas que articulam comunicação, cidadania, acessibilidade e deficiência. A partir do estudo de 38 trabalhos, identificam-se tendências e características das investigações, assim como se tensionam desafios e oportunidades para a consolidação de uma interface capaz de produzir sabedorias comprometidas com cidadania comunicativa do coletivo plural de pessoas com deficiência.

Palavra-chave: comunicação; cidadania; acessibilidade; deficiência; Intercom.

Introdução

A consolidação de uma interface de estudos passa por diferentes estágios e movimentos. O encontro, a partilha, o diálogo — ou seja, a própria socialização científica — talvez sejam algumas das dinâmicas mais estratégicas e potentes para fortalecer uma agenda capaz de ampliar a compreensão dos campos em relação a algo, alguém ou determinado fenômeno. O *Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania*, da Intercom, tem sido um *ponto de encontro* no qual as articulações entre mídia, acessibilidade e pessoas com deficiência podem ser tensionadas, aprofundadas e qualificadas. Tanto é assim que a autoria coletiva deste texto surge a partir de um encontro entre pesquisadores na edição de 2022, realizada em João Pessoa, na Paraíba. Lá, é importante registrar, o GP vivenciou um momento histórico ao protagonizar uma sessão específica dedicada aos estudos sobre as relações e dinâmicas comunicacionais de pessoas com deficiência. Uma experiência também vivida nos encontros seguintes, provocando, inclusive, a incorporação da ideia de acessibilidade na ementa do grupo.

Este texto parte do interesse em compreender como vêm se configurando as

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Ciências da Comunicação, professor e coordenador do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Integra o Processocom (Unisinos/CNPq). E-mail: felipe.collar@ufrr.br

³ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Mídia Acessível (Gelima/CNPq). E-mail: guilherme.f.oliveira@unesp.br

pesquisas que inter-relacionam comunicação, cidadania, acessibilidade e deficiência, com vistas a lenta e gradual consolidação dos estudos sobre Mídia e Deficiência no Brasil. Ao mesmo tempo, busca revisitar e tecer reflexões a partir de marcos importantes e simbólicos celebrados em 2025: os 10 anos da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, a LBI (Brasil, 2015) e os 35 anos do GP Comunicação para a Cidadania.⁴ Diante disso, propomos analisar de que maneira o conceito de cidadania vem sendo projetado nessa interface, assim como observar quais os possíveis ecos da LBI na ciência e na comunicação.

Por meio da pesquisa da pesquisa, Jiani Bonin (2011, p. 34, grifos da autora) afirma sermos capazes de “avançar *com e a partir* delas”. Ou seja, revisitar os anais do GP Comunicação para a Cidadania e do Intercom Júnior Comunicação e Cidadania constitui uma ação valorosa para compreender como as pessoas com deficiência têm sido mobilizadas no campo da Comunicação. O contato com essas contribuições concretas é capaz de fazer germinar novas problematizações, estabelecer linhas e tendências de pesquisa, bem como evidenciar brechas para intervenção científica em prol da cidadania. Valendo-nos dessa práxis metodológica, que “alimenta a construção de investigações em curso em múltiplas dimensões e oferece elementos para orientar estrategicamente o campo de pesquisa” (Bonin, 2022, p. 322-323), partimos para conhecer esse percurso histórico.

A sistematização que apresentamos não tem a pretensão de ser totalizadora. Trata-se, antes, de um compromisso de aliar a processualidade científica à construção de saberes e à possibilidade de transformação, capazes de fortalecer e amadurecer nossa agenda de estudos, contribuir para a formulação de políticas públicas de comunicação que considerem as especificidades das pessoas com deficiência em sua diversidade, além de impactar os próprios processos midiáticos, cada vez mais chamados à responsabilidade social de produzir perspectivas emancipatórias junto às pessoas com deficiência.

Procedimentos metodológicos e caracterização do corpus

O estudo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, parte da

⁴ A obra “Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva”, organizada por Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos, Rozinaldo Antonio Miani e Suelen de Aguiar Silva (2021), constitui um importante material de registro e reflexão sobre a trajetória do GP.

técnica de revisão de literatura, especificamente nos anais dos congressos nacionais anuais organizados pela Intercom, como pesquisa bibliográfica que segue as etapas metodológicas tradicionais desse tipo de investigação: definição, seleção, leitura e análise, e delineamento de linhas gerais (Martino, 2018).

Foram consultados todos os anais de 2001 a 2024 do GP Comunicação para a Cidadania (e suas denominações anteriores) e do IJ Comunicação e Cidadania, criado em 2009. Os congressos da Intercom possuem significativa relevância, por serem organizados pela maior associação de pesquisadores do campo e por promoverem constante atualização das discussões, uma vez que são realizados anualmente.

Os termos-chave utilizados foram “Acessibilidade”, “Deficiência”, “Deficiente” (termo em voga nos anos anteriores à LBI), “Autismo”, “Capacitismo” e “Inclusão”. Foram selecionados todos os trabalhos em que esses termos aparecem nos elementos pré-textuais, ou seja, no título, no resumo e/ou nas palavras-chave. Após a leitura de todos os textos e excluídos aqueles que não abordassem de fato a temática, chegamos a 38 trabalhos, distribuídos entre o GP (25) e o IJ (13). Vale destacar que dois trabalhos – Araújo (2021) e Souza (2021) – não estavam disponíveis online.⁵

O *corpus* de análise é caracterizado, temporalmente, como evolutivo: nenhum trabalho sobre a temática foi apresentado de 2001 a 2008. O primeiro trabalho surgiu em 2009, no IJ, e em 2011, no GP. Até 2014, somente oito trabalhos foram debatidos. Enquanto isso, após 2015 (ano da LBI), houve um salto quantitativo, com destaque para os anos de 2015 (3), 2017 (4), 2021 (7), 2022 (4), 2023 (4), 2024 (4). Ainda, em questão de temporalidade, destacamos o protagonismo do IJ na promoção do debate nos espaços de discussão de cidadania na Intercom. Até 2014, a grande maioria dos trabalhos foram apresentados naquele espaço e, posteriormente, a discussão cresceu no GP.

Quanto ao enfoque dado à deficiência em cada trabalho, temos que 11 adotam uma perspectiva mais ampla, mencionando “pessoas com deficiência”; seis tratam, de forma geral, das deficiências sensoriais (visual e auditiva); quatro focam especificamente na deficiência auditiva, enquanto outros três abordam a deficiência visual; o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é tema de cinco trabalhos; a deficiência física, de três; e a deficiência intelectual, também de três. A Síndrome de Down é

⁵ Considerando o limite de extensão do texto, optamos por disponibilizar a relação dos trabalhos em um arquivo externo: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1tAvLm9uGXIQkWnnotiP5o6_0GXkWO7Ja-DAT4akGd4w/edit?usp=sharing.

abordada em dois trabalhos e, por fim, a Atrofia Espinhal Muscular aparece em um.

Agrupamentos possíveis

A estratégia de realizar agrupamentos possíveis, que reflitam tendências e/ou constâncias observadas no acervo desses espaços estudados, está relacionada a uma posição que busca sistematizar para favorecer leituras e apropriações, como já realizado em experiências anteriores, tendo os próprios anais dos congressos da Intercom como espaço de análise (Bueno; Oliveira; Maciel, 2023; Collar Berni, 2022). Como explica Martino (2018, p. 96-97), uma possibilidade de objetivo, em pesquisas bibliográficas, é “sistematizar linhas de pensamento a respeito de um assunto”. Não nos interessa isolar as linhas possíveis que, em muitos casos, se interconectam. Portanto, os eixos que apresentamos dialogam com esse ideal de organização das múltiplas inferências que assumimos nesse movimento. De toda forma, alguns comentários prévios atravessam, de modo predominante, as reflexões que seguem.

Ao estudar os trabalhos submetidos, percebe-se, paulatinamente, um amadurecimento das perspectivas teórico-metodológicas sobre a deficiência, mobilizadas para fortalecer as investigações. Isso porque foi possível observar que, com o passar do tempo, as referências empregadas na argumentação – especialmente sobre deficiência – deixaram de ser construídas exclusivamente com base em referenciais de outras áreas, disciplinas ou teorias somadas às da Comunicação. Passaram, então, a incorporar conceitos e problematizações epistemológicas sobre deficiência desenvolvidos desde o próprio campo, como o caso dos trabalhos de Vívian Corneti de Lima (2015; 2017) e Janaina Pereira Cláudio (2015). Aspecto que revela a existência de esforços para se pensar essa interface.

Em relação à força argumentativa, especialmente na justificativa da relevância dos trabalhos, esta ainda se apoia, majoritariamente, em marcos legais. Ou seja, a fundamentação para se discutir, por exemplo, “acessibilidade no jornalismo” recorre, sobretudo, à legislação que assegura direitos comunicacionais. Essa estratégia nos oferece pistas sobre os caminhos estreitos que essa agenda enfrenta para legitimar sua relevância científica no campo.

Ainda de maneira predominante, a concepção de cidadania é timidamente explorada. Quando mobilizada, ainda que de forma incipiente, funciona como um

instrumento de entrada da discussão no GP e IJ. Ou seja, na ausência de um espaço próprio para prosperar, recorre-se ao guarda-chuva da cidadania como ambiente de acolhimento. Da mesma forma, observa-se que o próprio conceito de deficiência é frequentemente assumido de forma genérica – em alguns casos, sequer há especificação sobre a qual se refere –, sem as devidas contextualizações e intersecções necessárias para dar conta da complexidade e da multidimensionalidade desse coletivo.

Assim, a partir do levantamento realizado, os trabalhos são agrupados em quatro eixos: Práticas e processos jornalísticos; Direito à comunicação, cidadania comunicativa e participação; Capacitismo e comunicação; Consideração da acessibilidade em rotinas profissionais de diversas áreas da comunicação.

O agrupamento mais volumoso é o das pesquisas interessadas em refletir sobre as *práticas* e os *processos jornalísticos*. O jornalismo é central em 12 dos trabalhos, ou seja, mais de um terço do acervo reunido. Como característica dessa linha, nota-se a predominância de dois aspectos: acessibilidade e representação.

A ideia de *acessibilidade comunicativa* aparece em sete trabalhos, embora com feições ainda distintas. Um grande bloco apresenta problematizações e reflexões sobre o uso – ou não – de recursos e técnicas de acessibilidade comunicativa no fazer jornalístico da imprensa brasileira, como é o caso dos trabalhos de Letícia Beilfuss e Marco Bonito (2017); Jéssie Marielle Ribeiro da Silva e Fabiana Soares (2021); Giovandro Marcus Ferreira e Juliana Linhares Brant Reis (2022); e Sabryna Moreno da Silva (2024). Há trabalhos que problematizam a acessibilidade a partir da lógica da recepção, como os de Felipe Collar Berni (2019; 2021); e outros que a abordam pela lógica do ensino de jornalismo, como o de Samara Wobeto e Viviane Borelli (2024).

Já uma outra tendência denota o interesse na produção simbólica de sentidos e significados sobre a deficiência e as pessoas com deficiência. São pesquisas que se perguntam de que maneira esse grupo é representado pela imprensa, majoritariamente realizando acenos para uma *práxis* jornalística menos estigmatizante ou até mesmo outrofóbica (Moraes, 2022), que celebre a diversidade dessas vivências e possibilite que as vozes – historicamente e midiaticamente – silenciadas possam ecoar. É o caso dos trabalhos de Suellen Vieira e Ariane Pereira (2010); Renata Elias Juliotti, Amanda Ganzarolli e Cilene Victor (2021); e Sabryna Moreno da Silva (2023).

Destaca-se, ainda, a força do IJ na valorização das experiências em âmbito regional. É nesse espaço, impulsionado pela potência das pesquisas desenvolvidas na

graduação, que emergem importantes marcações do regionalismo. Vieira e Pereira (2010), por exemplo, analisaram a *Folha de Londrina*, do interior do Paraná, para refletir sobre a ideia de inclusão a partir do discurso jornalístico construído pelo veículo. Com abordagem etnográfica, Beilfuss e Bonito (2017) realizaram uma pesquisa junto à RBS – a maior experiência de jornalismo do Rio Grande do Sul –, com o objetivo de compreender como a acessibilidade é aplicada nas suas produções.

Observamos também outra frente de problematizações que dialoga, de maneira mais ampla, com as bases do GP: o *direito à comunicação, a cidadania comunicativa e a participação*. São reflexões que buscam apresentar e ampliar a argumentação a partir de uma concepção epistemológica sobre a comunicação na qualidade de direito capaz de fazer com que as pessoas possam ser e sejam reconhecidas como cidadãs. Destaca-se o esforço de qualificar e situar leituras sobre a cidadania a partir das particularidades que a inter-relação entre mídia e deficiência apresenta (Cláudio, 2015; Collar Berni, 2022, 2023; Corneti de Lima, 2017; Silva; Soares, 2021).

Diversos trabalhos focam nas ideias de mobilização social e condições de acesso como restrição da participação, considerando, por exemplo, a acessibilidade como condição para o exercício da cidadania. Os trabalhos de Patrícia Salvatori (2017), de Corneti de Lima (2015), de Ferreira e Reis (2022) e de Isadora Dias e Nealla Machado (2023) apresentam discussões sobre a coletivização nas mídias sociais digitais por parte das pessoas com deficiência, como forma de ativismo pela construção de identidades (Silva, 2011), promoção da conscientização (Salvatori, 2017) e reivindicações de seus direitos (Lima, 2015; Ferreira; Reis, 2022). O ciberativismo é também mencionado como forma de resistência e reivindicação (Dias; Machado, 2023; Salvatori, 2017).

Ainda neste mesmo eixo, trabalhos como de Carmen Justo e Luzia Fernandes (2024) e de Beilfuss e Bonito (2017) apontam que a acessibilidade - ou a acessibilidade comunicativa - atua como mediadora da compreensão da informação em diversos contextos, como o digital. Logo, os processos de produção e criação de conteúdo que não consideram as diversas formas de acesso, são estruturalmente excludentes e obstrutivos para a cidadania, como é levantado também por Corneti de Lima (2015).

O eixo *capacitismo e comunicação* contempla os trabalhos que abordam o tema diretamente, mas reconhecendo que, como estrutura, o capacitismo é transversal e presente, mesmo que não de forma explícita, em praticamente todos os trabalhos da revisão feita. Juliotti, Ganzarolli e Victor (2021), Ferreira e Reis (2022), Ganzarolli e

Victor (2022), Sabryna Silva (2023; 2024), Dias e Machado (2023) e Suelen Silva (2024) trazem o termo em seus textos. Aqui, nos ancoramos no conceito de capacitismo de Marivete Gesser, Pamela Block e Anahí de Mello (2020, p. 18), para quem

o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LBGTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes.

A partir desta definição, destacamos os trabalhos de Ganzarolli e Victor (2022), de Silva (2023; 2024) e de Dias e Machado (2023), por considerarem o capacitismo como uma estrutura que perpassa o campo da comunicação em diversas instâncias: como estrutura de construção de sentidos (Silva, 2023); como causa da inacessibilidade à informação (Dias; Machado, 2023); materializando-se no silenciamento de narrativas da vida diária de pessoas com deficiência (Dias; Machado, 2023); e não estando presente somente na forma que a deficiência é representada, mas também nas estruturas de produção jornalística (Ganzarolli; Victor, 2022) e comunicacional.

Este último ponto é o gancho ideal para a próxima discussão a ser abordada: *rotinas profissionais de diversas áreas da comunicação e suas relações com a acessibilidade*. Enquanto no eixo anterior Ganzarolli e Victor (2022) mencionaram a presença do capacitismo nas estruturas profissionais (rotinas, redações, mercado de trabalho) de jornalismo (Juliotti; Victor, 2020), neste eixo pretendemos expor quais trabalhos levam essa discussão para outras áreas e atividades da comunicação.

No que diz respeito à comunicação pública, dois assuntos emergem: Mariany Granato (2013), Fabrício Ananias e Tatiana Tork (2015) discutem a acessibilidade na comunicação pública; enquanto Tatiana Broetto e Carlo José Napolitano (2016) abordam a circulação de sentidos de deficiência nessa comunicação.

O mesmo movimento acontece no que tange à fotografia: Denise Silva (2016) discute a fotografia como uma forma de reconstrução de sentidos sobre corpos com deficiência, enquanto Marcello Gabbay, Fabiana Dias e Laís Rocha (2021) trazem a fotografia como formato a ser traduzido para a promoção da acessibilidade visual.

Ainda em uma pegada da comunicação visual e das experiências das pessoas com deficiência, Juliana Pereira e Maria do Carmo Palhaci (2014) levam o debate para

o campo do Design, em específico o Design de Produtos. Já Andrea Hecksher e Gisele Vieira Fragoso (2022) discutem o trabalho de desenvolvedores de interfaces gráficas digitais e do design inclusivo, especificamente para pessoas do espectro autista.

Em uma perspectiva organizacional e do mercado de trabalho, encontram-se os trabalhos de Jamir Kinoshita (2021), de Ferreira e Reis (2022) e de Guilherme Oliveira e Suely Maciel (2023). Enquanto Ferreira e Reis (2022) discutem o atendimento ao cliente com deficiência (práticas de SAC acessível), Kinoshita (2021) explora a comunicação e a construção da identidade de pessoas com deficiência física motora no mundo do trabalho, ou seja, com foco no ambiente organizacional. Na mesma direção, Oliveira e Maciel (2023) transpõem a discussão da acessibilidade para as percepções de relações-públicas sobre as condições de acesso na comunicação interna e como as culturas organizacionais podem contemplar a acessibilidade.

Por fim, apresentamos os trabalhos de Collar Berni (2022; 2023), de Silva (2024) e de Dias e Machado (2023) como perspectivas mais gerais para a comunicação. Collar Berni (2023), ao discutir o exercício da cidadania comunicativa, aborda a acessibilidade como elemento essencial em um contexto mais amplo da comunicação, da mídia e das instituições sociais. Do mesmo modo, Silva (2024) apresenta discussões relacionadas ao acesso à informação em diferentes formatos e meios, como o televisivo, enquanto Dias e Machado (2023) discutem a inacessibilidade em diversos espaços midiáticos, como telejornais, filmes, séries, novelas e mídias sociais digitais. Nessa visão, é também problematizada a falta de formação em acessibilidade em cursos de Comunicação como um todo (Collar Berni, 2022), e não apenas em formações específicas, como já apontaram Oliveira e Maciel (2023), no caso das Relações Públicas, e Wobeto e Borelli (2024), no caso do Jornalismo.

Considerações “finais”

Acreditamos que uma das principais contribuições do exposto acima é justamente a sistematização e agrupamento das possibilidades: a pesquisa acerca da acessibilidade e da deficiência, em articulação com os pressupostos da comunicação para a cidadania, está sendo desenvolvida, mas carecia de um olhar amplo para que novos e antigos entusiastas do tema pudessem ter um panorama das principais questões e abordagens possíveis, com o propósito de se relacionar e se apropriar desses

conhecimento e, a partir dele, formular novas frentes de pesquisa. Neste texto, elencamos e trouxemos para o debate olhares de diversas áreas, disciplinas e abordagens da comunicação (Jornalismo, Design, Relações Públicas, Comunicação Pública, meios de comunicação, cidadania comunicativa etc.) em diálogo com questões latentes na sociedade, como a interseccionalidade, as denúncias do capacitismo, a participação e a mobilização social, dentre outras.

Nessa direção, questionamos: o que mais é necessário para uma construção de um espaço, da Comunicação, *especificamente* voltado às demandas do coletivo plural das pessoas com deficiência? A interface entre a deficiência, a acessibilidade e as Ciências da Comunicação vêm sendo construída no seu próprio ritmo e pelas beiradas, na busca por um lugar e por estratégias que possibilitem seu fortalecimento.

Como mencionado anteriormente, não pretendemos adotar uma abordagem totalizadora e, menos ainda, conclusiva, que esgote o debate. Até porque, neste espaço apresentamos *algumas* possibilidades. Muitas outras podem (e devem) existir. Gostaríamos de acompanhar e colaborar, ao longo do tempo, com/para a emergência de ainda mais pesquisas nesta interface.

Referências

ANANIAS, Fabrício da Silva; TORK, Tatiana Jácome. A Acessibilidade aos Surdos nas Propagandas Eleitorais do Amapá nas Eleições de 2014. In: **Anais** do 38º Congresso da Intercom, 2015.

BEILFUSS, Letícia; BONITO, Marco. Existe conteúdo jornalístico acessível? Uma análise dentro da redação do Grupo RBS. In: **Anais** do 40º Congresso da Intercom, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

BONIN, Jiani A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto E. et al. (org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 17-40.

BONIN, Jiani A. A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. In: WOTTRICH, Laura; ROSÁRIO, Nísia M. (org.). **Experiências Metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 310-326, 2022.

BROETTO, Tatiana Olivetto Maranhão; NAPOLITANO, Carlo José. Comunicação e Cidadania: O Conceito de Deficiência nos Veículos Impressos da UNESP. In: **Anais** do 39º Congresso da Intercom, 2016.

BUENO, Luiz Guilherme Valério; OLIVEIRA, Guilherme Ferreira de; MACIEL, Suely. Pesquisas em Acessibilidade no campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas: um levantamento bibliográfico da Intercom. In: PRATA, Nair *et al.* (Orgs.). **Ciências da Comunicação contra a desinformação: olhares de jovens pesquisadores**. São Paulo: Intercom, 2023, p. 56-75.

CLAUDIO, Janaína Pereira. A apropriação de cidadania comunicativa surda no Facebook. In: **Anais** do 38º Congresso da Intercom, 2015.

COLLAR BERNI, Felipe. As pessoas com síndrome de Down e os estudos em comunicação: o que os Anais da Intercom (não) revelam?. In: **Anais** do 45º Congresso da Intercom, 2022.

COLLAR, BERNI, Felipe. Interfaces entre Jornalismo, estudos de recepção e pessoa com deficiência: apontamentos e perspectivas. In: **Anais** do 41º Congresso da Intercom, 2019.

CORNETI DE LIMA, Vivian M. Ciborgues midiaticizados: valorização e inclusão pelos meios de comunicação. In: **Anais** do 38º Congresso da Intercom, 2015.

CORNETI DE LIMA, Vivian M. Os não-humanos: diferentes perspectivas para pensar a cidadania comunicativa. In: **Anais** do 40º Congresso da Intercom, 2017.

DIAS, Isadora Pereira; MACHADO, Nealla Valentim. Luta Contra o Capacitismo: Gênero e Produções Midiáticas no Instagram de Ana Clara Moniz. In: **Anais** do 46º Congresso da Intercom, 2023.

FERREIRA, Giovandro Marcus; REIS, Juliana Linhares Brant. Comunicação para a diversidade: o discurso de acesso à informação para pessoas surdas. In: **Anais** do 45º Congresso da Intercom, 2022.

GABBAY, Marcello Monteiro; DIAS, Fabiana Quintana; ROCHA, Laís Garcia. Comunicação Sonora e Cidadania: o papel da Paisagem Sonora na ampliação de práticas inclusivas e de resistência em espaços artísticos da cidade. In: **Anais** do 43º Congresso da Intercom, 2022.

GANZAROLLI, Amanda; VICTOR, Cilene. O jornalismo humanitário inclusivo como alternativa à abordagem capacitista do autismo. In: **Anais** do 44º Congresso da Intercom, 2022.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020, p. 17-35.

GRANATO, Mariany Schievano. Comunicação pública e políticas públicas: análise do portal eletrônico da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. In: **Anais** do 36º Congresso da Intercom, 2013.

HECKSHER, Andrea; FRAGOSO, Gisele Vieira. TEADesign: Diálogos entre design inclusivo e autismo. In: **Anais** do 44º Congresso da Intercom, 2022.

JULIOTTI, Renata Elias; GANZAROLLI, Amanda; VICTOR, Cilene. A Presença de Refugiados com Deficiência nas Pautas sobre Migração na Perspectiva do Jornalismo Inclusivo. In: **Anais** do 43º Congresso da Intercom, 2021.

JUSTO, Carmen Silvia Porto Brunialti; FERNANDES, Luzia Sigoli. Acessibilidade digital para pessoas com deficiência: inclusão, comunicação digital acessível e cidadania. In: **Anais** do 47º Congresso da Intercom, 2024.

KINOSHITA, Jamir. A importância da triangulação teórica na construção da identidade das pessoas com deficiência motora em suas relações de comunicação no mundo do trabalho. In: **Anais** do 43º Congresso da Intercom, 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Ferreira de; MACIEL, Suely. Acessibilidade para a cidadania de pessoas com deficiência nas organizações: um olhar do papel das Relações Públicas. In: **Anais** do 46º Congresso da Intercom, 2023.

PEREIRA, Juliana Fernandes; PALHACI, Maria do Carmo Jampaulo Plácido. O Design de Brinquedos e o Desenvolvimento Neuropsicomotor de Crianças Portadoras do Autismo. In: **Anais** do 37º Congresso da Intercom, 2014.

SALVATORI, Patrícia Carla Gonçalves. Mobilização social via mídias digitais e o capital social: estudo sociocultural do blog Lagarta Vira Pupa. In: **Anais** do 40º Congresso da Intercom, 2017.

SILVA, Denise Teresinha da; *et al.* (Orgs.). **Comunicação para a Cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021.

SILVA, Denise Teresinha da. As implicações do uso da fotografia para refletir sobre questões de cidadania. In: **Anais** do 39º Congresso da Intercom, 2016.

SILVA, Jéssie M. R.; SOARES, Fabiana. Quem tem Direito à Informação? Um Estudo sobre a Falta de Acessibilidade Comunicativa no Telejornalismo para a Comunidade Surda. In: **Anais** do 44º Congresso da Intercom, 2021.

SILVA, Marina Maria da. Entre invisibilidades e movimentos: as pessoas com deficiência na reivindicação do acesso à informação, cidadania e direito à saúde. In: **Anais** do 34º Congresso da Intercom, 2011.

SILVA, Sabryna Moreno da. Jornalismo humanizado e anticapacitista como instrumento de acolhimento à diversidade: relato e reflexões teórico-metodológicas sobre processo de entrevistas de livro-reportagem. In: **Anais** do 46º Congresso da Intercom, 2023.

SILVA, Sabryna Moreno da. Acessibilidade comunicativa no telejornalismo: iniciativas inclusivas da TV UFG. In: **Anais** do 47º Congresso da Intercom, 2024.

SILVA, Suelen de Aguiar. A batalha dos autismos. Um diálogo entre estudos psicossociais e comunicacionais, caminhos possíveis. In: **Anais** do 47º Congresso da Intercom, 2024.